



## **DISCURSOS SOBRE CONTRACEPÇÃO: DISPUTAS PELO CORPO (FORTALEZA-CEARÁ, 1960-1980)**

Valderiza Almeida Menezes <sup>1</sup>

O presente artigo foi desenvolvido a partir de reflexões acerca do advento de métodos contraceptivos científicos/medicalizados, como a pílula anticoncepcional, DIUs e laqueadura de trompas. Com a utilização desses métodos, a partir da década de 1960, as mulheres teriam um maior poder sobre seu corpo, o que obviamente não se daria sem conflitos: a idéia de maternidade como destino e desejo de toda mulher passava a ser questionada<sup>2</sup>, com estes métodos que desvinculavam a sexualidade da concepção e que contavam com a defesa de grande parte do meio científico, já que eram colocados como realmente eficazes. O recorte temporal que este artigo abrange – décadas de 1960/1970 – constitui um período de grande efervescência política, econômica e cultural, muito estudado no que se refere à repressão decorrente do regime político em que então se vivia, a ditadura. Acreditamos, entretanto, que questões que enfoquem as mulheres e a contracepção medicalizada ainda sejam pouco abordadas pela disciplina histórica.

O tema aqui discutido relaciona-se com os direitos sobre o corpo. Desde a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas ocorrida no Cairo em 1994, o termo “direitos reprodutivos” foi consagrado como o direito de decidir livremente sobre a quantidade de filhos, o momento de tê-los e a garantia de dispor de informações e meios para alcançar esses objetivos. Entretanto, esse direito ainda não abrange toda a sociedade brasileira e o número de mulheres que morrem por ano em decorrência de abortos feitos em condições insuficientes de higiene é altíssimo.

Assim, a discussão sobre o aborto nos tempos atuais vem mobilizando diversos segmentos da sociedade (Estado, instituições religiosas, profissionais da medicina,) sem, contudo, que seja apresentada uma solução para o impasse. Pode-se perceber, portanto, uma aproximação entre essas duas situações históricas – a do surgimento dos métodos medicalizados de evitar a concepção, quando Estado, Igreja e estudiosos expunham suas opiniões sobre a contracepção e o mais “correto” a se fazer, e a atual; se observarmos bem, verificaremos que o corpo da mulher é foco de discussões de diversos setores da sociedade que tentam tirar dela a autonomia. Mesmo assim, identifica-se que as mulheres têm as suas estratégias e nada se impõe de maneira total: basta pensar que, mesmo sendo proibido pelo Estado e criticado pela Igreja e sociedade civil, o aborto continua sendo

<sup>1</sup> Mestranda em História social pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: val\_menezes@hotmail.com.

<sup>2</sup> O que, salientamos, não é inerente a esta situação histórica. Desde tempos imemoriais a mulher conta com artifícios para impedir a concepção, como chás, beberagens e objetos introduzidos na vagina, além do aborto e do infanticídio.



praticado, muitas vezes por mulheres que preferem arriscar suas vidas a ter um filho que não desejam. Vale ressaltar que essa aproximação com a realidade atual, longe de pretender obscurecer as rupturas, nos faz refletir sobre a história como uma ciência do presente e não presa a um passado findo, acabado.

Mostra-se essencial para a reflexão sobre essas questões a categoria de análise “relações de gênero”. Esta surgiu da necessidade de se estudar homens e mulheres não de maneira separada, mas de forma relacional, já que ambos compõem o cerne das relações sociais. Pensar o papel das mulheres e dos homens na sociedade é compreendê-lo como algo construído historicamente e não como algo determinado pelo biológico. Falar em gênero é perceber a “organização social da relação entre os sexos.”<sup>3</sup> A articulação com a noção de poder também deve ser considerada. De acordo com Cristina Scheibe Wolff, gênero deve ser compreendido como “uma construção social, cultural e histórica [...] que define hierarquia e estratégias de poder, territórios e comportamentos para homens e mulheres.”<sup>4</sup>

Dessa forma, devemos atentar para as mudanças e/ou continuidades nas relações de gênero causadas pelas novas possibilidades de contracepção, bem como para a interferência do homem em um mundo outrora comandado pelo feminino. Os anticoncepcionais científicos trouxeram consigo uma recusa e desconfiança dos métodos contraceptivos caseiros - até então considerados “coisas de mulher” – principalmente se levarmos em consideração que a maioria dos profissionais da medicina nas décadas de 1960/70 era homem. Dessa maneira, as tecnologias reprodutivas “são direcionadas quase exclusivamente para as mulheres, embora a produção, a difusão e o controle das mesmas estejam majoritariamente com os homens.”<sup>5</sup>

### *Discursos sobre contracepção*

A utilização de pílulas anticoncepcionais e outros métodos contraceptivos científicos pelas mulheres (as pobres, principalmente) nos países de terceiro mundo, estava inserida nas políticas internacionais voltadas para a diminuição da população<sup>6</sup>. O investimento na redução da população na América Latina estava relacionado com a Revolução Cubana (1959): os políticos norte-

---

<sup>3</sup>SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen\\_categoria.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html)>. Acesso em: 05 de outubro de 2009.

<sup>4</sup>WOLFF, Cristina Scheibe. *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 27, n. 54, jul/dez., 2007. p.21.

<sup>5</sup>SCAVONE, Lucila. *Tecnologias reprodutivas: novas escolhas, antigos conflitos*. Cadernos Pagu (10). São Paulo, 1998a. pp.111-112.

<sup>6</sup>Na bibliografia, ao final deste texto, citamos alguns trabalhos que tratam sobre esse assunto e concordam com esta afirmativa.



americanos teriam, a partir de então, começado a perceber a América latina em geral, e em particular o Brasil, como um ambiente propício para uma revolução comunista. Era preciso, portanto, “frenar la ‘explosión demográfica’ y sus desestabilizadores efectos sobre el sistema capitalista”<sup>7</sup>. Michel Foucault salienta a atenção que os Estados, a partir do século XVIII, deram à população e não mais ao “povo” ou aos sujeitos. A tentativa de controle vai se pautar pelos objetivos e necessidades, podendo tomar uma direção natalista ou antinatalista: “Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e de injunções o investiram.”<sup>8</sup>

Délcio da Fonseca Sobrinho mostra em seus escritos que a região nordeste foi considerada como uma “Cuba em potencial” nos anos 1960/1970. Dentro dessa conjuntura devemos pensar Fortaleza, cidade que, se na década de 1950, possuía por volta de 270.000 habitantes, em 1960 teve esse número quase duplicado. Essas pessoas, vindas do campo principalmente fugindo da seca, serão acomodadas de maneira precária, colaborando para a criação de favelas e a expansão da malha urbana da cidade, de maneira extremamente desordenada.

No caso do Brasil, as iniciativas de controle da população não partiram explicitamente do Estado. Porém, sociedades civis internacionais atuaram no Brasil: a IPPF – International Planning Parenthood Federation – financiou, a BEMFAM, Sociedade Civil Bem Estar familiar no Brasil<sup>9</sup>, entidade que distribuía pílulas anticoncepcionais para as mulheres pobres, aplicava DIUs e fazia laqueaduras. Na bibliografia e nas fontes históricas referente ao assunto, a BEMFAM aparece como responsável pela esterilização de mulheres sem consentimento prévio e pela distribuição de pílulas anticoncepcionais sem esclarecimentos quanto aos efeitos colaterais.<sup>10</sup> Nos jornais podemos perceber críticas duras à BEMFAM. Em um deles um deputado perguntava-se: “onde é que andam os representantes do norte e do nordeste da câmara, que não se unem contra a atuação da Bemfam nas suas regiões?” Para o deputado era inadmissível a convivência de setores político-econômicos

<sup>7</sup> FELITTI, Karina Alejandra. Natalidad, soberanía y desarrollo: las medidas restrictivas a la planificación familiar en el tercer gobierno peronista (Argentina, 1973-1976). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, maio/ago. 2008. p. 517. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=es)>. Acesso em: 1º de julho de 2010.

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, I: a vontade de saber. 15ª ed. Tradução Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.p.29.

<sup>9</sup>A BEMFAM foi criada em 1965, durante o XV congresso nacional de ginecologia e obstetrícia. Em 1967 filiou-se a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) que passou a financiar suas atividades no Brasil. Em 1972 a BEMFAM possuía dois postos de atendimento em Fortaleza: um no conjunto integrado de Mondubim e outro nas oficinas da segunda divisão cearense (coincidência ou não, as áreas mais populosas de Fortaleza na atualidade), além de manter assistência médica na Maternidade Escola Assis Chateaubriand.

<sup>10</sup> PETERSEN, Janine. *Os feminismos e a polêmica da contracepção no Brasil (1970-1980)*. *Revista Esboços - Revista do programa de pós-graduação em História da UFSC*. Florianópolis: UFSC / Gráfica Universitária, v. 11, n 11, 2004. pp.135-144.



com as práticas controlistas da BEMFAM; apontou para os perigos da colocação do DIU “sem que ninguém se responsabilize pelos possíveis danos que causem”, e criticou o fato daquela entidade enganar as mulheres “dizendo-lhes que farão exames de prevenção do câncer, quando na verdade serão esterilizadas sem consentimento prévio”.<sup>11</sup> A BEMFAM foi a entidade de planejamento familiar que maior projeção teve devido a sua forte presença nos estados nordestinos. A ausência de iniciativas governistas de políticas demográficas devia-se a uma discordância entre os militares. Enquanto os antinatalistas acreditavam na necessidade de minimizar a natalidade para construir um país desenvolvido, os anticontrolistas, com visões geopolíticas, defendiam que a soberania de um país se consolidaria a partir da ocupação de todo o território nacional.<sup>12</sup>

A partir da análise dos jornais uma primeira questão a ser ressaltada é a recolocação de uma idéia que remonta ao século XIX: o malthusianismo – agora neomalthusianismo. Thomas Malthus acreditava que enquanto os alimentos cresciam em progressão aritmética, os indivíduos cresciam em progressão geométrica, o que causava fome e pobreza. É interessante perceber como essa idéia foi retomada e difundida nos jornais e revistas. A questão da superpopulação foi assim tratada no jornal *O Nordeste*: “A desnutrição [...] continua a ser um grande e trágico problema em muitos pontos da América Latina. [...] O problema decorre, em parte, da *explosão populacional da região*.”<sup>13</sup> No jornal *O Povo* temos uma opinião parecida: “só se pode fazer um prognóstico com absoluta certeza acerca do futuro da terra: haverá exatamente tantas pessoas vivas, daqui a cem ou mil anos, quanto for a quantidade de alimento para sustentá-la.” A pílula seria a saída para evitar uma situação posterior de miséria: “ou isso, [o controle da natalidade] ou a fome.”<sup>14</sup> A opinião, entretanto, não é unânime: muitas matérias salientavam a necessidade de “mais braços”, para o progresso do Brasil.

O jornal *O Nordeste* foi criado pela diocese de Fortaleza em 1922, para defender os postulados do catolicismo cearense. Certamente por esse motivo, não apresentava matérias que creditassem aos meios contraceptivos a solução para a questão populacional. A contracepção era divulgada como perigo para o casamento e para o território, como pode ser percebido no trecho a

<sup>11</sup> Deputado acusa a Bemfam. **O Povo**, Fortaleza, p.25. 4 jun. 1977.

<sup>12</sup> FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos FNUAP, 1993.p.80

<sup>13</sup> A América Latina e a fome. **O Nordeste**, Fortaleza, p.3. 1 dez. 1965.

<sup>14</sup> Coluna A reportagem pitoresca. A explosão silenciosa II – Poderá uma pílula salvar a humanidade? **O Povo**, Fortaleza, p. 9. 29 mai. 1963.



seguir: “Está a pessoa dizendo TE AMO, ou é a libido que diz QUERO PRAZER? (...) Na realidade a anticoncepção não fortalece o amor marital”.<sup>15</sup> E nesse outro trecho:

[...] as práticas anticoncepcionais constituem crime de lesa pátria, enquanto impedem o progresso da comunidade [...]. Prescindindo de toda discriminação da raça e de cor, que nossa religião católica não permite, pois todos os homens somos filhos de Deus [...] deve-se notar que, neste tempo a humanidade está atravessando momentos difíceis e que o centro da civilização e da cultura, monopolizado até hoje pela raça branca, ameaça ser arrebatado por determinados povos de cor que obedecem às leis de Deus ou da natureza [...] em matérias de procriação e que resultam dessa forma mais prolífera que os povos de raça branca [...]”.<sup>16</sup>

Assim, a contracepção é encarada como um erro seja na vida privada e para a hegemonia dos países. No privado por que acreditava-se que as mulheres tornariam-se meros objetos sexuais para os homens que, sabendo da dissociação entre sexualidade e reprodução, as usariam apenas para a obtenção de prazer. Na esfera pública a questão é: como um país iria se defender, caso adotasse o controle de natalidade, de países que possuíssem um alto índice de nascimentos? Como se percebe, a questão é analisada no âmbito da segurança nacional, e por mais que se tente convencer que não, parece haver uma preocupação com a “raça” que poderia a vir a governar os povos num futuro bem próximo.

Todos os jornais analisados apontam para os malefícios que as pílulas poderiam causar, como: amenorréia (distúrbio menstrual), dores de cabeça, enjôos, engordamentos, atrofia dos ovários, melancolia, frigidez sexual, manchas no rosto, queda de cabelo, hemorragia cerebral, infarto, câncer de mama e de útero, dentre outros. Devemos perceber que, além dos problemas de saúde a pílula ainda causaria problemas estéticos para a mulher, prejudicando sua beleza e sua sensualidade. Além disso, poderia tornar-se uma mulher frígida. Todos esses efeitos poderiam, de alguma forma, vir a comprometer seu relacionamento. Os anticoncepcionais não aparecem como substâncias totalmente inócuas e os profissionais da medicina sempre salientam a importância do médico para indicar a pílula ideal para cada mulher.

Ainda que de forma contida, os jornais *O Povo* e *Unitário* mostravam-se mais abertos à discussão. Neles, temos como exemplo matérias que expunham as opiniões de médicos, educadores e políticos a respeito do assunto, fossem contra ou a favor. Em uma das matérias um médico dizia que com o uso das pílulas “inúmeros problemas da nação estariam resolvidos, principalmente o da educação, o habitacional e o aumento da produtividade”<sup>17</sup>. No mesmo mês, entretanto, foram divulgadas várias matérias tratando sobre a posição da Igreja quanto à questão “contraceptivos”.

<sup>15</sup> O amor marital e a anticoncepção. **O Nordeste**. Fortaleza, p.2. 20 dez. 1965.

<sup>16</sup> Controle de natalidade analisado na Argentina. **O Nordeste**. Fortaleza, p.2. 17 dez. 1965.

<sup>17</sup> PAIVA. Luciano de. Mais de cinquenta mil mulheres usam a “pílula” em Fortaleza. Largo uso entre as solteiras. **O Povo**. Fortaleza. p.5. 02 ago 1968.



Uma delas apresentou a *Encíclica humanae vitae* que proibia a utilização da pílula pelos fiéis católicos. Sobre o assunto, o jornal *Unitário* apresentando a opinião do arcebispo de Fortaleza à época, afirmava:

[...] destaca Dom José de Medeiros Delgado: Três classes de pessoas [...] não aplaudirão a Encíclica: 1º os comerciantes de drogas anticoncepcionais, 2º os colonialistas que acabam de escolher o mais vil instrumento de dominação dos desenvolvidos, movendo-lhes a mais barata das guerras, a mais barata e a mais oculta, atacando os supostos inimigos de suas riquezas materiais na fonte da vida e 3º os gozadores esses que se colocam inconscientemente a serviço dos dois.<sup>18</sup>

As opiniões da Igreja católica - na pessoa de Dom Delgado, de padres e bispos, colocavam-se totalmente contra os métodos artificiais de controle da natalidade. O elogio à Encíclica *Humanae Vitae* e ao Papa Paulo VI é freqüente. No documento citado acima fica claro os três inimigos da dita “paternidade responsável”: os comerciantes dos métodos, chamadas “drogas anticoncepcionais” – e acreditamos que o termo drogas aqui não se refira apenas a produtos encontrados em drogarias, mas à substâncias entorpecentes, responsáveis por algum vício - , os países estrangeiros e colonialistas e a própria sociedade “gozadora e inconsciente”. Interessante ressaltar como em momento algum a palavra é dirigida diretamente às mulheres como seres racionais, dotados de vontade própria. Essa opinião repete-se em várias outras fontes encontradas, assim como o clamor aos governantes, para que dêem melhores condições de vida ao povo, para que ele possa cuidar de sua prole.

A *Encíclica* parece ter tido influência decisiva para a proibição de anticoncepcionais no Brasil, como deixa claro a notícia: “Câmara poderá proibir pílula”<sup>19</sup>, na qual divulga-se que o uso de pílulas já teria sido aprovado pelas comissões de justiça e saúde e seria discutido em plenário ainda naquela semana, mas devido à *Humanae vitae* o projeto de lei poderia ser rejeitado. E ao que parece foi realmente o que ocorreu. A legislação da época não permitia propagandas que fizessem alusão a substâncias ou objetos destinados a evitar a gravidez.<sup>20</sup> A palavra anticoncepcional não podia ser mencionada nos rótulos dos produtos e eram comercializadas como medicamentos para regular o ciclo menstrual. Somente em 1979 a legislação passaria a permitir esse tipo de propaganda<sup>21</sup>. Se a *Encíclica* teve repercussões quanto ao projeto de lei citado acima, a historiadora Joana Maria Pedro acredita que as mulheres que viveram as décadas de 1960/70 não viam a religião

<sup>18</sup> Dom Delgado: inconscientes se lançam contra a Encíclica. *Unitário*, Fortaleza, p.1. 3 ago. 1968.

<sup>19</sup> Câmara poderá proibir pílula. *O Povo*. Fortaleza, p.1. 05 de agosto de 1968.

<sup>20</sup> CUNHA. Maria de Fátima. *Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido?* História: Questões & Debates. Curitiba, n°34, Editora da UFPR, 2001. p. 201-222. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/2665/2202>>. Acesso em 10 de junho de 2010.

<sup>21</sup> FARIA. Vilmar Evangelista. *Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos*. In: *Revista Ciências sociais hoje*, 1989 – São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais, ANPOCS, 1989. p.102.



como entrave para a decisão de usar os novos métodos anticoncepcionais. E “continuaram a considerar-se ‘boas católicas’.”<sup>22</sup> Os jornais de Fortaleza, em aparente tom de repreensão, diagnosticavam tal postura:

Com o aparecimento de ‘novulum’, ‘anovar’, ‘anfertil’, ‘primovlar’, ‘novular’, ‘previson’, ‘ovalen’, ‘noraciclina’ [...] muitas *esqueceram imediatamente os seus princípios de moral religiosa* e passaram a ser freguesas assíduas da farmácia mais próxima. [...] Existem mulheres que chegam mesmo a *pedir esmolas* para adquirir as pílulas, também uma caixa de anticoncepcionais não pára no consultório do médico, pois *os amigos* logo pedem as amostras dos produtos.<sup>23</sup>

Duas questões podem ser levantadas de imediato ao fazer a leitura da fonte histórica acima. A primeira delas é a maneira pela qual as mulheres poderiam adquirir as cartelas de contraceptivos: pedindo esmolas. Apesar de esse fato poder ter ocorrido apenas uma vez, e o responsável pela matéria estar exagerando propositalmente para chamar a atenção do leitor, tal ação empreendida pelas mulheres faz refletir sobre suas estratégias para adquirir as pílulas e evitar a concepção. Que argumentos utilizavam para conseguir as esmolas? O trecho acima faz referência também à entrega do indivíduo à técnica e apesar de pertencer às camadas populares – tidas como desinformadas, alheias – essas mulheres certamente sabiam para que servia o produto que estavam adquirindo. A manchete de jornal enfatiza ainda o “largo uso entre as solteiras” como um problema a ser discutido. Ao salientar o uso das pílulas por mulheres que não estavam em união conjugal, esta matéria o faz de forma repreensiva, talvez para que a sociedade fique alerta. A exposição das mulheres dessa forma surge como uma denúncia e uma rejeição a esse tipo de comportamento.

Uma segunda questão a ser levantada é o fato dos amigos pedirem as amostras das pílulas aos médicos. Apesar de reforçar a contracepção como encargo feminino, essa atitude mostra a possibilidade de uma autonomia feminina, nesse caso favorecida pelo próprio homem, já que as mulheres tornavam-se independentes do companheiro, no uso do preservativo, no coito interrompido ou na abstinência.<sup>24</sup> Tanto nos jornais como nas revistas médicas analisadas percebemos uma defesa da medicalização científica dos indivíduos. O médico é visto como o único capaz de receitar remédios e tratar das pessoas. No jornal *Unitário*, temos como exemplo uma crônica na qual a morte do curandeiro Luis Moreno é ponto de partida para a discussão de suas práticas, vistas pelo cronista Germano Pontes como forma de enganar o povo. Para o autor, o

<sup>22</sup> PEDRO, Joana Maria. *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.23. n. 45. Jul. 2003. p. 252. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16527.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

<sup>23</sup> PAIVA, Luciano de. Mais de cinquenta mil mulheres usam a “pílula” em Fortaleza. *Largo uso entre as solteiras*. **O Povo**. Fortaleza. p.5. 02 ago 1968. Grifo nosso.

<sup>24</sup> PEDRO, Joana Maria. Op. Cit. p.253.



curandeiro, “ignorante e sabido, ia [...] explorando a credence popular e enchendo o baú.” Há uma grande desconfiança quanto às beberagens receitadas por Luis Moreno e em momento algum é analisada a importância que elas têm para a população, que continuam a procurar o curandeiro, praticamente até o momento de sua morte.<sup>25</sup> Observemos o embaraço da situação: criticava-se a medicina caseira, louvava-se a ciência – em matérias que salientavam a falta de remédios nos postos de saúde ou do material para fazer exames, indispensáveis à saúde pública; na constante presença de anúncios de farmácias (que inclusive entregam em domicílio); nos convênios firmados para a formação de parteiras – que no caso já exercem a atividade, mas não contam com os conhecimentos ditos indispensáveis - mas nas matérias não há um elogio às mulheres que usam a pílula, e elas não tem voz nas páginas dos periódicos. Nas revistas médicas a defesa da medicalização da sociedade é ainda mais forte, e lá sim encontramos uma forte defesa da utilização da pílula. Em uma das propagandas de anticoncepcionais uma mulher pergunta se há algum perigo em tomar a pílula indicada.<sup>26</sup>



Devemos atentar bem para os detalhes: a conversa se dá no consultório fechado (percebamos as cortinas) o que garante à mulher discrição em sua opção. Os livros no canto direito da foto trazem a certeza de que o médico é experiente – o que fica claro também em seus cabelos brancos – e sabe o que é melhor para aquela senhora. Percebamos que a postura da mulher é intencional, para que notemos a aliança em sua mão esquerda. A pílula deve ser usada, mas não por todas as mulheres.

A discrição parece ser o objetivo de outras marcas de anticoncepcionais, como a que apresentamos abaixo. O formato da embalagem das pílulas lembra um pó compacto, e isso possibilita que a mulher faça uso das mesmas em qualquer lugar<sup>27</sup>. Apesar do incentivo e facilidades oferecidas para garantir o uso, atentemos para a necessidade que as mulheres possuíam de esconder sua escolha de evitar uma gravidez.

<sup>25</sup> PONTES. Germano. Nossa crônica. As beberagens. **Unitário**. Fortaleza, p.5. 26 de novembro de 1965.

<sup>26</sup> ANAIS BRASILEIRO DE GINECOLOGIA. Rio de Janeiro. v.67. n.4. Abr. 1969. Propaganda do anticoncepcional “Anfertil”.

<sup>27</sup> ANAIS BRASILEIRO DE GINECOLOGIA. Rio de Janeiro. v.67. n.4. Abr. 1969. Propaganda do anticoncepcional “Ciclofartutal”.





Nos artigos presentes nas revistas também pode ser percebida a defesa da participação dos médicos na configuração da paternidade responsável, “na terapêutica da endemia do aborto ilegal e na melhoria do bem estar familiar (...)”<sup>28</sup>; para isso ocorrer as mulheres deveriam freqüentar os consultórios médicos e fazer uso dos contraceptivos científicos. Nas páginas da revista não se negava os possíveis efeitos da pílula (tentava-se, contudo, negar a relação direta entre o uso de pílulas e o câncer) e mais uma vez o médico teria seu papel, receitando o mais indicado para cada mulher. O objetivo é que os indivíduos confiem na técnica e na ciência, personificadas na

pessoa do médico.

### *Considerações finais*

Ao pensar tais discursos sobre um assunto ainda hoje polêmico, surgem inquietações. Em meio a tantas opiniões, as mulheres, donas dos corpos de que tanto falam, raramente são ouvidas. Muitas vezes elas são colocadas como passivas e inconscientes diante de intenções maléficas e subjugadoras. Por vezes insinua-se que o corpo que procria não possui sua individualidade e vontade; por vezes sugere-se que o corpo não pertence às mulheres: é receptáculo divino da vida, é produtor de braços fortes ou de subversivos, é local de controle eficaz. É isso. Não deve ser nada além disso. Apesar de exposto, o corpo continua opaco.<sup>29</sup>

A pesquisa que orientou a escrita deste artigo continua em andamento. Nela, buscamos refletir historicamente sobre a experiência das mulheres com as novas possibilidades de contracepção e desconstruir visões reducionistas, como a de mulher “feita para ser mãe”. O objetivo da pesquisa é não apenas identificar o discurso, mas entender como homens e mulheres usavam o próprio corpo e de que maneira lidavam com condicionamentos que por vezes buscavam transformar idealizações em natureza.

### *Bibliografia*

- 
- <sup>28</sup> ARNT, Ivo Carlos. et al. Planejamento familiar no Paraná. *Jornal Brasileiro de Ginecologia*. Rio de Janeiro. vol. 69, n 3. Mar. 1970. p.139.
- <sup>29</sup> PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Raquel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed. UNESP. 2003.p. 13.



CUNHA, Maria de Fátima. *Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido?* História: Questões & Debates. Curitiba, n°34, Editora da UFPR, 2001. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/2665/2202>>. Acesso em 10 de junho de 2010. pp. 201-222.

FARIA, Vilmar Evangelista. *Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos*. Revista Ciências sociais hoje, 1989. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais, ANPOCS, 1989. pp. 62-103.

FELITTI, Karina Alejandra. *Natalidad, soberania y desarrollo: las medidas restrictivas a la planificación familiar en el tercer gobierno peronista (Argentina, 1973-1976)*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 2, maio/ago 2008. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2008000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2008000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=es)>. Acesso em: 1º de julho de 2010. pp. 517-537.

FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos: FNUAP, 1993.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, I: a vontade de saber*. 15ª edição. Tradução: Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Raquel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MINELLA, Luzinete Simões. *Gênero e contracepção: uma perspectiva sociológica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

PEDRO, Joana Maria. *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*. In: Revista Brasileira de história. v.23 n.45 São Paulo. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16527.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2010. pp. 239-260.

PETERSEN, Janine. *Os feminismos e a polêmica da contracepção no Brasil (1970-1980)*. Esboços Revista do programa de pós-graduação em História da UFSC. Florianópolis: UFSC / Gráfica Universitária. v.11 n. 11, 2004. pp. 135-144

SCAVONE, Lucila. *Tecnologias reprodutivas: novas escolhas, antigos conflitos*. In: Cadernos Pagu (10). São Paulo: Núcleo de Estudos de gênero/UNICAMP, 1998. pp. 83-112.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência* – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen\\_categoria.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html)>. Acesso em 05 de outubro de 2009.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 27, n 54, jul/dez. 2007. pp. 281-300.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 27, n. 54, jul/dez., 2007. pp.19-38.